

# A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)



# A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E19	<p>A economia numa perspectiva interdisciplinar 3 [recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-105-3            DOI 10.22533/at.ed.053201506</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia – Pesquisa – Brasil. I. Senhoras, Elói Martins.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O campo científico da Economia surge como um dos grandes expoentes da emergência do movimento Iluminista no século XVIII e desde então tem passado por diferentes revoluções e movimentos epistêmicos que procuraram, tanto, fomentar uma construção científica autônoma, quanto, engendrar interações com outros campos do pensamento humano.

Tomando como referência uma abordagem absorvente e relacional, o presente livro, “A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 3”, vem corroborar com o campo epistemológico de Economia no Brasil e em Portugal a partir de uma agenda de estudos que se fundamenta na pluralidade de vozes e discursos.

Resultado de trabalho coletivo de diferentes pesquisadoras e pesquisadores portugueses e brasileiros, oriundos das macrorregiões Sul, Sudeste e Norte, este livro traz uma rica pluralidade de debates e análises que fortalecem a compreensão interdisciplinar existente no campo epistemológico da Economia.

Organizado em treze capítulos, as pesquisas presentes nesta obra foram estruturadas com base em um convergente método dedutivo, no qual partiu-se de marcos de abstração de modelos, teorias e análises históricas até se chegar à análise empírica específica da realidade concreta e dos respectivos objetos de estudo.

A natureza exploratória, descritiva e explicativas dos capítulos caracterizou-se por uma abordagem quali-quantitativa que partiu dos procedimentos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados, combinada ao uso de técnicas de hermenêutica e modelagem econômica, bem como análise gráfica e geoespacial na interpretação dos dados.

Na construção interdisciplinar do conhecimento, comandada pelo olhar econômico, cinco eixos temáticos se destacaram, permitindo aglutinar as análises e discussões dos treze capítulos, por meio de recortes teóricos relacionados aos ramos da Economia Solidária, Economia do Trabalho, Economia Urbana e Industrial, Economia Organizacional e Economia Monetária e Financeira.

Com base nas análises e discussões apresentadas nesta presente obra, composta por treze capítulos e cinco ramos teóricos, subsídios são apresentados para uma apreensão interdisciplinar do campo científico de Economia findando explorar à luz de um olhar descritivo e prescritivo a complexa realidade em suas interações no dinâmico tripé Homem-Mercado-Estado.

Em nome do grupo diversificado de profissionais envolvidos neste livro e comprometidos com o avanço do campo científico de Economia, convidamos você leitor(a) a desbravar tradicionais e novas reflexões à luz de uma abordagem interdisciplinar que valoriza o diálogo e a pluralidade na abordagem de nossa complexa realidade empírica, rica de desafios para o pensamento e a reflexão.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
Reinaldo Eduardo da Silva Sales Mayara Mendes Leal	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
EMPREENHIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PRODUTOR RURAL	
Madson Igor Pereira Portal Lailson da Silva Freitas Marta Laura Noronha da Silva Gonçalves Janusa Mérlem dos Santos Lopes Gabriel Lélis Pereira da Silva Marzane Pinto de Souza Mario Miguel Amin Garcia Hereros Félix Lélis da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>38</b>
AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: OS PASSOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPESINA	
Ariane Domborovski Bruno Henrique Fugarra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
OS DESAFIOS PARA AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA PRESPECTIVA FRETE À REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 4.0	
Samantha Silva da Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
ABERTURA ECONÔMICA E DISCRIMINAÇÃO SALARIAL POR SEXO E RAÇA: UM ESTUDO PARA A ECONOMIA PARANAENSE	
Júlio Vicente Cateia Paulo Ricardo Feistel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>86</b>
ANÁLISE DOS INDICADORES REGIONAIS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PARA A MICRORREGIÃO DE TOLEDO-PR	
Giovanna da Silva Cassanelli Lucir Reinaldo Alves Jandir Ferrera de Lima Moacir Piffer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015066</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>107</b>
ANÁLISE DE MERCADO DO SETOR INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR UTILIZANDO ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS	
Lucir Reinaldo Alves	
Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa	
Nuno Manuel Sessarego Marques da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015067</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>130</b>
COMPARAÇÃO DAS MARGENS ECONÔMICAS ENTRE A PRODUÇÃO TOTAL DE LEITE ORGÂNICA E CONVENCIONAL USANDO BENCHMARKING	
Thérèsse Camille Nascimento Holmström	
Elisa Cristina Modesto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015068</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>140</b>
A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA MOTIVADORA PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS ORGANIZACIONAIS	
Samantha Silva da Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0532015069</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>149</b>
O CARÁTER ECONÔMICO DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE ATUAL	
Adelcio Machado dos Santos	
Alexandre Carvalho Acosta	
Liz Barbara Borghetti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05320150610</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>162</b>
HELICOPTER MONEY EM TEMPO DE COVID19: UMA PROPOSTA PARA A MUTUALIZAÇÃO DO ESFORÇO FINANCEIRO EM PORTUGAL	
Diamantino Ribeiro	
João Filipe Monteiro Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05320150611</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>177</b>
MOBILIZANDO O CONCEITO DE HEGEMONIA PARA O CONTEXTO FINANCEIRIZADO BRASILEIRO	
Rodolfo Palazzo Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05320150612</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>191</b>
THE ROLE OF SUGARCANE ETHANOL IN BRAZILIAN CO <sub>2</sub> EMISSIONS	
Guilherme Barbosa Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05320150613</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>203</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>204</b>

## AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: OS PASSOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA CAMPESINA

Data de aceite: 01/06/2020

**Ariane Domborovski**  
**Bruno Henrique Fajarra**

**RESUMO:** A Economia Solidária, organização coletiva de técnicas de cooperação e autogestão em setores populares que visa garantir a satisfação das necessidades básicas de uma comunidade, é uma alternativa às desigualdades sociais promovidas pelo capitalismo. Como nova forma de força produtiva, a economia solidária camponesa exige uma nova forma de divisão da propriedade, pautada na propriedade coletiva e na agroecologia como técnica de produção. Para se estabelecer como sociedade e se justificar no meio capitalista, é necessário para a comunidade um método diferente de educação: a Educação Emancipatória, que liberta os camponeses da desigualdade e da exclusão do sistema e os coloca como trabalhadores donos de seu próprio trabalho. O maior exemplo de economia solidária camponesa e de educação emancipatória no campesinato no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária;

Agroecologia; Educação Emancipatória; Campesinato.

**ABSTRACT:** Solidarity Economy, a technical and cooperational collective organization in popular sectors that aims a community's satisfaction of basic needs, is an alternative to social inequalities made by capitalism. As a new form of productive forces, peasant solidarity economy demands a new form of property division, based on collective property and on agroecology as a production technique. To settle itself as a society and to justify itself in the capitalist environment, the community needs a different educational method: the Emancipatory Education, which free the peasants from inequalities and exclusion of the system and put them as workers owners of their own work. The biggest example of peasant solidarity economy and emancipatory education in Brazil is the Landless Rural Workers Movement (MST, in portuguese initials).

**KEYWORDS:** Solidarity Economy; Agroecology; Emancipatory Education; Peasentry.

### 1 | INTRODUÇÃO

As contradições de classe do modo de produção capitalista geram desigualdade,

desemprego e exclusão social. Por essa razão, as massas de trabalhadores oprimidos buscam, em não havendo uma alternativa socialista viável dadas as circunstâncias nacionais e internacionais, uma alternativa ao sistema capitalista. Uma dessas alternativas (por sinal muito bem-sucedida) é a Economia Solidária.

A economia solidária é uma organização coletiva que estimula técnicas de cooperação e autogestão, buscando práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares, visando garantir, através da própria força de trabalho e dos recursos naturais disponíveis, a satisfação das necessidades básicas de uma comunidade (IASKIO, 2007). No Brasil, o maior exemplo que se tem de economia solidária, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Não obstante, a Economia Solidária não é um fim em si mesma (CHRISTOFFOLI, 2007) e precisa se instalar como modo de produção alternativo dentro de uma economia capitalista por meio de superestruturas justificantes (dentre elas, por exemplo, a educação emancipatória).

Este artigo tem como objetivo apresentar as experiências de economia solidária camponesa (especialmente algumas do MST) levantando questões teóricas sobre alguns de seus aspectos aplicáveis à realidade do campo. O texto é dividido em 3 partes, sendo a primeira uma breve explicação da Economia Solidária levantando algumas questões ligadas ao arcabouço da economia marxista; o segundo, uma explicação dos significados da agroecologia, uma das bases da economia solidária camponesa no Brasil, e uma breve refutação de críticas feitas a ela; o terceiro, uma abordagem sobre o papel da educação e a necessidade de uma pedagogia emancipatória; finalmente as conclusões.

## 2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é uma prática econômica na qual todos os seus membros visam a diminuição da desigualdade social, através de quatro princípios, que são a cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade. Através de práticas sociais, busca garantir mão de obra e recursos naturais no âmbito da própria comunidade. No Brasil, o maior exemplo de economia solidária é o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

A luta por terras no país se iniciou já na época das primeiras leis de abolição -da escravidão (1850-1888), em que os escravos recém libertos não tinham acesso à terra, moradia e emprego. Nessa época os negros, especialmente no Rio de Janeiro, ainda capital do Brasil, que concentrava a maior quantidade de escravos, começaram a ocupar os morros construindo casas e cultivando seus próprios alimentos. Quanto mais escravos eram libertos, mais os morros eram ocupados, constituindo uma população excluída, hoje conhecida como favela. A Favela da Rocinha ganhou esse nome porque foram criados roçados para o cultivo de legumes e verduras que atendiam às necessidades da população.

Hoje a Favela da Rocinha é a maior favela do Brasil, com mais de 70 mil moradores, em sua maioria negros e pardos (segundo senso do IBGE em 2010).

No Brasil, a economia solidária foi ganhando força nos anos de 80 e 90, a medida que aumentava o desemprego e a precarização do trabalho. Alternativas cooperativistas de economia solidária envolvendo membros com poucos recursos nasceram na mesma frente que as lutas sindicais e político-partidárias. Além disso essas lutas solidárias e populares buscam melhores índices econômicos, condições de maior solidariedade comunitária e de maior inserção política na sociedade (GAIGER, 2013).

O crescimento da economia solidária campesina deveu-se, como já destacado, ao desemprego, a expulsão do homem do campo e o aumento da desigualdade social. A economia solidária no Brasil funciona muito mais como organização isolada, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra. A Política Nacional da Economia Solidária (PNES), auxilia e regulamenta o desenvolvimento de empreendimentos nos moldes da economia solidária. Esse tipo de economia se popularizou, por estar à margem de uma economia capitalista, seguindo os princípios da economia marxista. Partindo da teoria dos implantes socialistas, “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”<sup>1</sup> (SINGER, 2002).

O MST nasceu nos anos de 1980, como oposição ao modelo de agrícola imposto pelo regime militar focado em produção para exportação, que gerou brutal concentração fundiária e de renda. Visto que muitos trabalhadores rurais seriam excluídos do modelo agrícola, o movimento nasceu para dar dignidade e oportunidade de uma vida melhor para os trabalhadores. As famílias assentadas se organizam em estruturas participativas e democráticas. A economia solidária visa a necessidade de acrescentar em “um todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que desejarem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente” (SINGER, 2002).

Ao contrário do que muito se pensa, o MST não *invade* propriedades privadas, mas sim *ocupa* terras consideradas improdutivas (terras com intuito único de especulação) e/ou de grandes devedores à União. Através das técnicas de agroecologia os assentados recuperam a terra (muitas vezes infértil), loteam a propriedade igual e isonomicamente entre as famílias do assentamento e iniciam a produção. Não só isso, como todo o capital especializado (como máquinas agrícolas) é comprado e utilizado coletivamente pelos membros. Aqui, a economia solidária se estabelece como questionadora do *status quo* do latifúndio improdutivo.

A participação das mulheres sempre foi muito importante desde o início do movimento.

Através delas houve a organização de coletivos de auto-organização e discussões sobre

1. No entanto, “as iniciativas de economia solidária não se constituem um fim em si mesmo e tampouco se localizam no vácuo. São alternativas populares ao desemprego e à exclusão social, e estão situadas nos espaços marginais das economias capitalistas.” (CHRISTOFFOLI, 2007)

opressão de classe e de gênero. Dessa forma, o movimento busca a participação igualitária de homens e mulheres, diferente do que ocorre nas sociedades urbanas. Foi na área da educação que o MST abriu espaço para que as mulheres tivessem voz ativa em todas as decisões dos assentamentos. Em suma, o MST sempre teve a visão de igualdade de gênero e de trabalho, representando os valores humanos socialistas.

O MST tem como principal bandeira a luta pela Reforma Agrária, que é a equalização da distribuição de terras, capitais, máquinas, técnicas e crédito aos camponeses.

Em 2016, segundo o IPEA, foram datadas 19.708 experiências de Economia Solidária no Brasil, passando por cooperativas de catadores de materiais reciclados à movimentos de ocupação de terras (IPEA, 2016). Dessas experiências, estima-se que 350 mil famílias estejam assentadas em terras ocupadas pelo movimento em todo o Brasil, gerando aproximadamente um milhão de empregos diretos e 6 milhões de indiretos (MST, 2020)

Atualmente, o MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina e também um dos maiores produtores de alimentos orgânicos do mundo. A cooperativa Terra Viva de laticínios, situada na cidade São Miguel do Oeste em Santa Catarina, é uma das maiores marcas de produtos do ramo, que consegue ser concorrente e competitiva com outras marcas e produtos organizados em moldes capitalistas. Assim, admite que, mesmo estando no sistema de mercado competitivo capitalista, a economia solidária pode se desenvolver e que esta é a única forma possível de se estabelecer uma democratização da organização da produção (dadas as condições atuais).

É importante destacar que essa nova organização das relações de produção e de propriedade embora não seja capitalista - já que o trabalhador produz valor não ao capital de terceiros, mas a si mesmo com seus próprios meios de produção (em até certo ponto socializados) - apenas *realiza* seu valor e sua renda *no* mercado capitalista: o tomate produzido em uma terra socializada só adquire a forma-mercadoria quando é colocado a venda em um mercado (MARX, 2017). Não obstante, esse fato não impede de forma alguma os movimentos sem-terra de praticarem boas ações solidárias na doação de alimentos a comunidades carentes e em situações de vulnerabilidade ou de trocar os produtos entre si sem a necessidade de intermédio do dinheiro.

Visto isso e sabendo que essa forma de organização produtiva não é de fato uma economia socialista - já que não efetivamente socializou os meios de produção (MIRANDA e CUNHA, 2013)<sup>2</sup> - e tampouco capitalista - já que não se baseia na venda da força de trabalho para o capital personificado -, só resta afirmar a tese de que as forças produtivas constituídas em “economia solidária” representam uma economia *marginal ao capitalismo*<sup>3</sup>.

2. Para um exemplo detalhado e muito bem explicado da organização dos movimentos sem-terra no MST, ver MIRANDA e CUNHA, **A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática**. Salvador: Caderno CRH v. 26 n. 68, mai/ago. 2013.

3. Para exemplo prático sobre agroecologia, campesinato e capitalismo no MST ver: SANTOS, A. L. dos. **Agroecologia e Campesinato: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no assentamento Contestado, Lapa-PR**. 2015. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Agrossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Embora não seja uma economia *completa* ao modo marxista, isto é, com a dominação de uma classe que condiciona sua própria superestrutura ou de uma sociedade comunista plena, a economia solidária também produz aquilo que pode ser chamado de “microsuperestruturas” que a organizam, a condicionam, a mantém e a expandem. Dentre estas superestruturas estão: o direito cooperativo, a cultura política de revolução permanente, a educação emancipatória etc.<sup>4</sup>

### 3 | AGROECOLOGIA

A agroecologia nas experiências de economia solidária campesina é um novo caráter das forças produtivas em contraposição ao modelo imposto pela “Revolução Verde”. A introdução da extensiva expansão dos campos de monocultura e o avanço da maquinaria e da técnica agrícola<sup>5</sup> (especialmente com a introdução de agrotóxicos e transgênicos), conhecida como “Revolução Verde”, produziram aquilo que Caporal e Costabeber (2004) chamam de “modernização conservadora”. Considerado como um “rompimento” dos agroecossistemas<sup>6</sup>, essa modernização

“é altamente dependente de energias ‘de fora’ de seu agroecossistema, e esta dependência é tanto maior quanto mais simplificado for o desenho do sistema produtivo, como é o caso dos grandes monocultivos de grãos” (CAPORAL, COSTABEBER e PAULS, 2006, p. 8)

E, portanto, *termodinamicamente* ineficiente se comparada a outras formas de produção. A agroecologia, dadas as condições físicas, sociais e econômicas já citadas, é frente de oposição a este sistema de produção agrícola.

A agroecologia, mais do que um simples ramo das ciências agrônômicas e biológicas, é uma “matriz disciplinar integrada, totalizante, holística, capaz de aprender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas” (CAPORAL E COSTABEBER, 2011); e em muitos casos já se mostrou como a forma mais ética e sustentável oposta à agroindústria. A essência da agroecologia é *ser uma mescla* de outras matérias: da história, da antropologia, da sociologia, das ciências rurais, da física, da ecologia, da economia ecológica, da biologia etc. (CAPORAL E COSTABEBER, 2002; 2011). O que quer dizer, em última instância, que a agroecologia não é uma simples forma de produção (como o são, por exemplo, os orgânicos, baseados na rejeição aos materiais agrotóxicos e transgênicos), mas uma forma de organização das forças produtivas e, por fim, da própria sociedade ou grupo social.

O atual problema econômico-ambiental associado à agricultura (contra o qual a

4. Sabendo que o tema é de uma complexidade altíssima e que envolve muitas outras pesquisas metodológicas e de campo, faz-se necessário lembrar que este trabalho tratará apenas de algumas dessas características (notadamente a agroecologia, a educação emancipatória e a economia solidária). Outros temas como o direito cooperativo, a revolução permanente, a luta do proletariado campesino e industrial etc. merecem dedicação especial e aprofundamento teórico apropriado.

5. Uma discussão ampla sobre a presença da Revolução Verde no Brasil pode ser encontrada em: COSTA, M. B. B. da. **Agroecologia no Brasil: história princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

6. Isto é, a coexistência de uma produção agrícola e de um ecossistema.

agroecologia se opõe) no Brasil se inicia na década de 50<sup>7</sup>. Na ânsia em modernizar a indústria brasileira através do planejamento estatal, o Plano de Metas de JK já contemplava amplamente os tópicos em agricultura (LAFER, 2001). Dentre outros objetivos, a mecanização da agricultura e a produção de fertilizantes<sup>8</sup>. Uma vez estabelecida a indústria de base e a indústria de bens de capital, faltava ainda aos agricultores e grandes proprietários agrícolas o crédito agrícola para a real expansão da produção. A criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) no final da década de 70, segundo Caporal e Costabeber, empurrou os agricultores de baixa renda a um “trabalho complementar de cunho social e assistencialista” e não trouxe mudanças substanciais:

“Sem se dar conta do processo no qual estava envolvida, a extensão rural depara-se com a agricultura subordinada à agroindústria, bem como com os reflexos sócio-econômicos e ambientais ocorridos durante esta trajetória.” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004)

Dado esse avanço de “modernização conservadora” da agricultura (isto é, da subordinação da agricultura à agroindústria) no Brasil, houveram “impactos ambientais e transformações sociais em magnitudes tão amplas que, por si só, justificam a revisão de todo o modelo de desenvolvimento imposto ao setor agrícola.” (CAPORAL E COSTABEBER, 2004). Dos impactos dessa transformação, os mesmos autores destacam, por exemplo, o crescimento abrupto do número e da quantidade de agrotóxicos refletido no baixo crescimento da produtividade e a acelerada degradação do solo.

Sabendo que nem mesmo a agroindústria capitalista consegue sobreviver por longos períodos de tempo sem grandes aportes de crédito (geralmente provisionada pelo Estado dada a escassez de fontes de capital no Brasil), sua coexistência com as variadas formas de agricultura familiar exige que essas últimas façam um controle cuidadoso de sua produção. Isso se dá tanto em termos de capital e técnica, quanto de seus meios de produção (essencialmente terra e mão de obra) para assegurar sua reprodução ampliada e, conseqüentemente, sua sobrevivência no meio capitalista da grande indústria (CAPORAL E COSTABEBER, 2004). Cabe, portanto, a estes produtores esta nova forma de organização das forças produtivas (a agroecologia), que possa estabelecê-los no mercado capitalista.

Como nova forma de produção em oposição à propriedade privada e à individualização racionalizadora dos agentes, a agroecologia também é alvo de críticas das “ciências econômicas” em sua teoria econômica *mainstream*.

Logo de início, pode-se destacar a crítica mais contundente da teoria econômica convencional a esses tipos (não só à agroecologia, mas também ao cooperativismo) de alternativas de produção: a sua inerência à baixa produtividade. A falta de capital

---

7. Mas suas origens reais podem ser traçadas cem anos antes, na outorga da Lei de Terras (1850) e das leis de libertação dos escravos (1850-1888).

8. Tendo a “ampliação do número de tratores” atingido 107% da meta revisada e a produção de fertilizantes e adubos químicos atingido 2,5 vezes a meta revisada. Para mais detalhes ver: LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil - Observações Sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, B; LAFER, C. **Planejamento no Brasil**. 2001. p. 29-50.

especializado, mão de obra qualificada e especialmente de uma intensa divisão do trabalho, impediriam essas alternativas de adquirirem escala e escopo e, portanto, de *serem* produtivas. Ora, embora já ultrapassada essa discussão entre “produtivismo” e “ecologização”<sup>9</sup>, M. Altieri 2009 mostra que a produtividade das pequenas explorações em agroecologia e agricultura camponesa no México e nos Estado Unidos é maior do que aquela da monocultura em larga escala “se for considerada a produção total em vez de rendimento de uma única colheita”<sup>10</sup> (ALTIERI, 2009). Não obstante, M. Altieri também enfatiza a conservação de recursos, a agrobiodiversidade livre de organismos geneticamente modificados, a resistência a mudanças climáticas, e a segurança alimentar da população como características inerentes da produção agroecológica.<sup>11</sup>

Quando à racionalização dos agentes econômicos, a teoria neoclássica afirmaria que em, grosso modo, não havendo nos sistemas de economia solidária uma propriedade definida sobre os meios de produção e capitais, não haverá a maximização da produção e portanto dos lucros etc. Ora, em não havendo propriedade individual definida sobre os meios de produção e capitais, não haverá sistema de produção capitalista<sup>12</sup>. Além do mais, mesmo à luz da teoria de Coase<sup>13</sup> sobre os direitos de propriedade bem definidos e a nulidade dos custos de transação produzirem um resultado pareto-ótimo - sendo fatos impossível de contestação que, no Brasil, a terra tem seu direito de propriedade muito bem garantido e que seu dono terceiriza nela o trabalho de produção e colheita -, não parece muito racional, economicamente falando, a exaustão dos recursos naturais (degradação da terra, escassez de água etc.), a poluição ambiental (poluição de águas por fertilizantes hipersolúveis etc.) e os danos à saúde humana (uso de agrotóxicos) causados pela grande empresa agroindustrial capitalista (COSTA, 2017).

Agora que foi introduzido, brevemente, as teorias econômicas e sociais por trás da economia solidária camponesa, cabe explicar o papel da educação como agente conciliador das teorias.

## 4 | EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A educação, como instituição política, é reflexo das condições materiais de produção e, portanto, do capitalismo. Também, como campo do conhecimento, os sistemas de

---

9. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver: COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPOREAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS, 2004. p. 17-48

10. “if total output is considered rather than yield from a single crop” [Tradução livre]. In: ALTIERI, M. A., Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty. In: **Monthly Review**: an independent socialist magazine. New York: Monthly Review Online. V. 61 n. 3 Jul-Aug, 2009. p?. Disponível online em: <<https://monthlyreview.org/2009/07/01/agroecology-small-farms-and-food-sovereignty/>> Acesso em 28 abr, 2020.

11. Idem.

12. Exceto quanto a realização do valor, como já explicitado no primeiro tópico justamente pelo fato de ser uma economia marginal ao capitalismo.

13. Ronald Coase, economista britânico laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1991.

educação também se sujeitam aos diferentes momentos de acumulação e crise do capitalismo. Sabendo disso, a revolução ou a transição de uma forma de produção tal como a economia solidária exige necessariamente uma transformação ética e cultural dos valores individualistas para aqueles centrados na coletividade, “ela exige também um outro tipo de educação” (BARBIERI, 2007).

“As iniciativas de economia solidária devem [...] ser ferramentas de organização e luta dos trabalhadores, não podem se voltar apenas para a economia” (CHRISTOFFOLI, 2007).

Dito isso, é preciso destacar que a educação no campo agroecológico não passa apenas pela difusão das técnicas agrícolas, mas antes pela introdução do saber ambiental e dos saberes sociais: primeiro é preciso situar o trabalhador em sua existência para que então possa se integrar à cultura do trabalho.

A educação no sistema capitalista, como parte integrante da cultura do trabalho, se alicerça sobre a promoção do êxito individual do trabalho, tendo a *competição* como principal forma de interação *entre* os trabalhadores (BARBIERI, 2007). Por esse motivo, a educação deve ser substituída naquelas comunidades baseadas na coletivização e na economia solidária. Desse modo, em oposição às pedagogias como projetos educativos do capital (para o “emprego”, o “empreendedorismo”, a “competição”, etc.) L. Tiriba (2007) introduz o conceito de “*Pedagogia da Produção Associada*” que:

“Enquanto campo teórico e prático que visa o estudo e a concretização dos processos de educação e formação humana, tem como objetivo de pesquisa e de ação a socialização, produção e mobilização de saberes teórico-práticos que contribuam para a formação omnilateral e para a emancipação dos trabalhadores associados na produção” (TIRIBA, 2007).

Como já mencionado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é, no Brasil, o maior exemplo de aplicação prática da economia solidária no campo. Não bastasse, a educação é o pilar mais importante dentro do MST. Desde os primeiros anos de vida, as crianças, conhecidas como “sem terrinhas”, são instigados ao protagonismo de sua própria história. Dessa forma, através de uma educação baseada nos princípios e filosofias de Paulo Freire, os educadores dos assentamentos além de ensinarem toda a ementa prevista para a educação básica no Brasil, ensinam valores éticos e morais, com ênfase em técnicas de coletividade e cooperatividade, para que se tornem cidadãos mais sensíveis e empenhados nas atividades da sua comunidade. Esse papel também é aprofundado pela Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA) (dessa vez unindo emancipação, economia solidária e agroecologia), formando e capacitando jovens nas áreas de agronomia, agroecologia e educação para que, depois, possam socializar as técnicas de ensino e cultivo da terra no meio campestre, especialmente no Assentamento do Contestado (do MST) na Lapa, região metropolitana de Curitiba.

Assim como a ELAA, a escola Nacional Florestan Fernandes, criada no início de 2005 em São Paulo, através de uma pedagogia educacional diferenciada, promove

formações ligadas à reforma agrária, marxismo, feminismo, comunidade LGBTTT+ e tudo que engloba à diversidade. Todos os moradores, alunos e visitantes da escola passam por todas as tarefas e trabalhos da produção, já que uma das bases da economia solidária também é a não existência de qualquer tipo de divisão complexa do trabalho, seja ela por gênero, idade, etc., assim todos os membros envolvidos possuem uma elevação do nível de consciência política.

A necessidade de educação colocada pelos movimentos sociais é daquela que melhor responde às características organizacionais com o objetivo de “superar a fragmentação social [entre os trabalhadores e os trabalhos] na qual se baseia a dominação capitalista”<sup>14</sup> (PEREYRA, 2007). Pensando logicamente, essa “fragmentação” só pode ser resolvido com: união, trabalho comum, solidariedade, etc.

A luta dos movimentos sociais camponeses não é simplesmente pela terra ou pela produção, mas pela transformação das relações sociais: em cultura, política, agroecologia e educação.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária nasceu com o intuito de reparar os danos causados pelo sistema capitalista na sociedade, tornando-a mais inclusiva e democrática. No Brasil, o maior movimento de Economia Solidária Camponesa é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido como MST.

O pilar fundador do movimento é a educação. Com teorias marxistas e embasadas no modelo de ensino de Paulo Freire, desde os primeiros anos de vida, os membros das comunidades são instigados a serem protagonistas de suas próprias histórias e através da educação todos desenvolvem práticas de desenvolvimento humano, político e social. Além disso, todo o aprendizado é revertido à comunidade com o objetivo do desenvolvimento econômico, social e sustentável, através da agroecologia, admitindo novas maneiras de pensar e cuidar do campo, criando formas de subsistência para a própria comunidade.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A., Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty. In: **Monthly Review. An independent socialist magazine**. New York: Monthly Review Online. V. 61 n. 3 Jul-Aug, 2009. p?. Disponível online em: <<https://monthlyreview.org/2009/07/01/agroecology-small-farms-and-food-sovereignty/>> Acesso em 28 abr. 2020.

ARROYO, J. C. T; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

---

14. “Superar la fragmentación social en el cual se basa la dominación capitalista.” [Tradução livre]. In: PEREYRA, K. C. Educación y Economía Solidaria: redefiniciones sociales y ampliación del campo de la educación. In: MELLO, S. L. de; BARBIERI, E. M.; SÍGOLO, V. M. Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, v.2, 2007, p. 128-152.

BARBIERI, E. M. A Interpretação Ativa na Economia Solidária. In: In: MELLO, S. L. de; BARBIERI, E. M.; SÍGOLO, V. M. **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, v.2, 2007, p. 172-186.

CANUTO, J. C. Agricultura Ecológica e Sustentabilidade Social. **Extensão Rural**, Santa Maria, ano V, n. 5, p. 70 - 87, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por Uma Nova Extensão Rural: Fugindo da Obsolência. In: \_\_\_\_\_. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2004. p. 5-14.

\_\_\_\_\_. Agroecologia. Enfoque Científico e Estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr/jun. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (orgs.). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: EaD IFPR, 2011. p.45-74

COSTA, M. B. B. da. **Agroecologia no Brasil: história princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2004. p. 17-48

CHRISTOFFOLI, P. I. A Formação Política da Economia Solidária. In: MELLO, S. L. de; BARBIERI, E. M.; SÍGOLO, V. M. **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, v.2, 2007, p. 165-171.

ELAA. **Escola Latinoamericana de Agroecologia**. Online. Disponível em: <<http://elaa.redelivre.org.br/tag/mst/>> Acesso em 1º mar. 2019.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 28, n. 82. p. 211 – 228, 2013.

GAIGER, L. I. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

IASKIO, E. L. S. O que é Economia Solidária?. In: BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. de. **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: Editora UFPR, 2007. p. 49 – 65.

IPEA. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: IPEA. 2016.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil - Observações Sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: MINDLIN, B; LAFER, C. **Planejamento no Brasil**. 2001. p. 29-50.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo. Livro I, 2. ed., 2017.

MIRANDA, R. de S.; CUNHA, L. H. H. **A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática**. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, maio/ago. 2013.

MST, **Reforma Agrária**. Online. Disponível em: <<https://mst.org.br/editoria/reforma-agraria/>> Acesso em 28 abr, 2020.

MST, **Sem-terrinhas**. Online. Disponível em: <<https://mst.org.br/tag/sem-terrinha/>> Acesso em 28 abr, 2020.

MST, **Nossa história**. Online. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>> Acesso em 28 abr, 2020.

MST, **Quem somos**. Online. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>> Acessado em 29 abr, 2020.

PEREYRA, K. C. Educación y Economía Solidaria: redeficiones sociales y ampliación del campo de la educación. In: MELLO, S. L. de; BARBIERI, E. M.; SÍGOLO, V. M. **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, v.2, 2007, p. 128-152.

SANTOS, A. L. dos. **Agroecologia e Campesinato: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no assentamento Contestado, Lapa-PR**. 2015. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Agrossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SINGER, P. A. A Recente Ressureição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TIRIBA, L. O Lugar da Economia Solidária na Educação e o Lugar da Educação na Economia Solidária. In: MELLO, S. L. de; BARBIERI, E. M.; SÍGOLO, V. M. **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, v.2, 2007, p. 165-171.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abertura econômica 62, 64, 67, 78, 79, 83, 84

Agroecologia 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 132, 138

Análise Fatorial 17, 21, 23, 24, 108, 124

### B

Baía do Sol 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15

Brasil 5, 6, 9, 12, 13, 16, 18, 20, 21, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 61, 63, 64, 65, 67, 69, 86, 107, 109, 120, 122, 129, 131, 133, 134, 139, 160, 177, 178, 182, 187, 188, 189, 190, 191

### C

Campesinato 38, 41, 48

Capital Intelectual 149, 152, 154, 160

CO2 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Comunidade 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 22, 26, 29, 33, 34, 35, 38, 39, 45, 46, 53

Concórdia do Pará 17, 18, 22, 26, 36

Conhecimento 8, 44, 58, 64, 65, 109, 129, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 160, 161

Covid19 162, 163, 164, 171, 174, 175

Crise 45, 104, 162, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 183, 184, 201

### D

Desempenho 21, 27, 36, 55, 57, 118, 130, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 153, 154, 155, 157, 203

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 86, 87, 88, 89, 104, 107, 108, 109, 128, 129, 132, 138, 142, 144, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 180, 203

Dinheiro 5, 11, 13, 41, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 176, 185

Discriminação salarial 62, 78, 84

### E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 19, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48

Educação Emancipatória 38, 39, 42, 44

Empreendimento 17, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36

Empresa 4, 43, 44, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 93, 96, 110, 111, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 142, 152, 153, 155, 157, 159, 160, 164, 170, 171

Energy 191, 192, 194, 195, 201, 202

Especialização 86, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 203

Ethanol 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202

## F

Fluxo de caixa 130, 135, 137

Fortaleza 1, 2, 5, 9, 12, 36

## G

Gestão participativa 17, 33, 34, 144

## H

Hegemonia 177, 178, 179, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 190

## I

Indústria 43, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 116, 117, 118, 120, 123, 125, 126, 127, 132, 138, 160, 201, 202

## L

Leite 31, 36, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Liderança 50, 51, 52, 57, 59, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 154

Localização 23, 70, 86, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 110

## M

Margens 54, 130, 135, 136

Mercado 3, 4, 5, 6, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 41, 43, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 65, 66, 67, 69, 83, 89, 104, 107, 108, 109, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 138, 140, 141, 151, 152, 154, 156, 165, 166, 183, 184, 186, 187

Moeda 1, 3, 16

Motivação 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 154, 156, 157, 158

MST 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48

Mulheres 40, 41, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 68, 71, 78, 79, 80, 82, 84

Município 17, 22, 25, 26, 36, 70, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129

## N

Neoliberalismo 177, 182, 186, 187

## O

Organização 5, 6, 9, 17, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 50, 53, 57, 61, 111, 117, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 181

## P

Pandemia 165, 166, 167, 168, 172, 173, 174

Pará 1, 2, 3, 10, 17, 18, 20, 21, 22, 26, 29, 34, 35, 36

Paraná 62, 70, 72, 75, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 96, 104, 105, 106, 107, 109, 115, 122, 123, 129

Portugal 107, 129, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 173, 174

Produção Orgânica 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139

Propriedade 4, 25, 30, 38, 40, 41, 43, 44, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 152, 153, 203

## R

Raça 49, 50, 60, 62, 64, 65, 67, 70, 74, 76, 78, 81, 83

Resultados Organizacionais 140, 141, 146, 147

Revolução Industrial 49, 50, 51, 53, 54, 55, 58, 59, 155, 156

## S

Salário 57, 62, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Satisfação 11, 15, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 145, 146, 153

Setor Industrial 65, 96, 103, 107, 108, 112, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 154

Sexo 62, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 109

Sistema Financeiro 177, 178, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 190

Sociedade 3, 4, 5, 9, 34, 35, 38, 40, 42, 46, 66, 70, 130, 131, 149, 150, 151, 153, 154, 160, 161, 174, 179, 186, 203

Sugarcane 191, 192, 193, 194, 195, 200, 201, 202

## T

Toledo 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129

Trabalhador 41, 45, 55, 58, 69, 70, 71, 76, 78, 145, 154, 157

Trabalho 4, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 69, 83, 85, 86, 87, 98, 104, 107, 109, 112, 114, 118, 128, 129, 130, 133, 134, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 178, 180, 181, 184, 188, 191

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**